

Nacional

DEBATE

Econ Brasil

Medidas econômicas geram divergências entre economistas

por David Friedlander
de São Paulo

A discussão sobre os rumos e o destino da economia nacional revelou fortes divergências entre os economistas presentes, ontem, ao lançamento da 45ª "Carta Conjuntura", do Conselho Regional de Economia de São Paulo. Carlos Longo, professor da Universidade de São Paulo (USP), manifestou otimismo e confiança na estabilização a curto prazo, posição totalmente contrária à apresentada por seu colega Paulo Sandroni, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Yoshiaki Nakano, ex-assessor do Ministério da Fazenda, defendeu, por sua vez, uma nova política industrial voltada para o comércio exterior.

Longo entende que desde janeiro o governo vem adotando alternativas, que fazem parte de um elenco de medidas contencionistas, destinadas à redução do déficit público. Mencionou, por exemplo, o congelamento dos empréstimos oficiais para o setor público nos níveis de dezembro do ano passado, e o recente "pacote" do início do mês: suspensão dos reajustes do funcionalismo federal por dois meses, aumento do Imposto de Renda dos bancos e estímulo à exoneração e aposentadoria voluntária dos servidores da União, entre outras.

"O governo agiu bem e tomou medidas que terão impacto psicológico muito favorável na adoção de novas mudanças", afirmou Longo, acrescentando ter identificado indicadores de "uma estabilização a curto prazo". Entre esses indicadores, ele citou a revisão do Orçamento Geral da União — que deve ser apresentado ao Congresso com cortes adicionais —, a disposição manifestada pelo ministro da Fazenda de administrar pessoalmente o fluxo de caixa do governo e uma maior margem de manobra que o presidente José Sarney teria hoje.

Na opinião do economista, a desvinculação de Sarney ao esquema de sustentação política (coligação PRMDB/PFL) conferiu maior liberdade ao Palácio do Planalto. "O governo hoje tem uma oportunidade de ouro, do ponto de vista político, porque também não tem oposição", disse Longo. "Os políticos estão mais preocupados com seus partidos e com a Constituinte."

Manifestando opinião totalmente contrária à do economista da USP, Sandroni iniciou sua intervenção no debate afirmando que "não há solução para a crise brasileira, com esse governo que está aí". O acadêmico da PUC não concorda com a condução da atual política econômica, e atribui principalmente a duas questões os problemas da economia nacional: a dívida externa e o binômio déficit público/dívida interna.

"Em primeiro lugar, precisamos diminuir a transferência de recursos para o exterior, através do pagamento da dívida externa", argumentou Sandroni. "Depois, precisamos que-



Carlos Longo

brar o 'círculo vicioso' existente entre a dívida pública e o déficit público. É preciso atacar esses dois problemas ao mesmo tempo."

Ele sugere que a dívida interna seja reduzida através do "sistema de devolução". Esse sistema, explicou, consiste na recuperação do considerável volume de recursos que nos últimos anos fluiu do setor público para o privado — via subsídios, incentivos ou políticas artificiais de preços, por exemplo —, através de uma reforma tributária que incidisse sobre o "patrimônio líquido dos mais ricos".

No combate ao déficit público, Sandroni recomenda a eliminação de subsídios, de desperdícios e a dispensa de pessoal ocioso. Ele acredita que através desse saneamento, seria possível recuperar a capacidade de investimento do setor público.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Nakano, de seu lado, defendeu a necessidade de uma nova política industrial, sustentada na abertura da economia. Ele observou que a "opção inevitável pela abertura externa significará, também, opção pela estratégia exportadora". Argumentou que o comércio exterior é o único setor capaz de sustentar o nível de empregos, a massa de salários e até contribuir para uma certa expansão do mercado interno.

De acordo com ele, adiar a abertura da economia nacional pode significar o sucateamento do parque industrial brasileiro, "cada vez mais distante das evoluções tecnológicas que ocorrem lá fora". Lembrando que o setor produtivo do País corre o sério risco de sucateamento, o ex-assessor do Ministério da Fazenda insistiu na questão da modernização, sob a argumentação de que o protecionismo não mais se justifica.

NOVO CRUZADO

Durante sua participação, Longo sugeriu, ainda, uma reforma monetária, com a substituição do cruzado pelo "cruzado novo". Ele argumenta que o cruzado perdeu duas das três funções tradicionais da moeda — a de unidade de conta e de reserva de valor —, sendo utilizado quase que apenas como meio de troca. Segundo o economista, a reforma poderia ser feita quando a inflação entrasse em processo de inercialização. "A moeda atual perderia três zeros", explicou.